

Só uma barragem avança este ano

Construção. Primeira a iniciar obras será Foz Tua, adjudicada à EDP. As outras sete do Plano Nacional só a partir de 2011

CARLA AGUIAR

Só uma das oito albufeiras previstas no Plano Nacional de Barragens deverá começar a ser construída ainda este ano, segundo o DN apurou junto do Instituto da Água (Inag), apesar de as restantes sete já se encontrarem adjudicadas. Trata-se da barragem de Foz Tua, adjudicada à EDP, cujo prazo de conclusão está previsto para 2013.

"A barragem de Foz Tua é a única que terá condições para começar com as obras ainda este ano", garantiu ao DN o presidente do INAG, Orlando Borges. Ainda segundo aquele responsável, o estudo de impacte ambiental já foi apreciado e acaba de ser emitida a respectiva declaração de impacte ambiental (DIA), imprescindível ao início da construção, que envolverá um investimento, a suportar pela EDP, de 339 milhões de euros.

Apesar de só aquela infra-estrutura avançar este ano, as restantes sete que constam do plano, que vai de 2010 a 2018, já estão todas adjudicadas e em fase de análise dos respectivos estudos de impacte ambiental há vários meses.

Qualquer eventual atraso poderá vir a adiar a recuperação da economia, por um lado, e, por outro, a reanimação do emprego, uma vez que as estimativas apontam para a criação de cerca de 20 mil postos de trabalho até 2018 envolvidos na concepção e construção destas infra-estruturas.

Em declarações ao DN, Orlando Borges nega que haja alterações em relação ao plano inicial, e que, ao contrário da recalendrarização prevista para outras obras públicas – em consequência da situação orçamental –, o mesmo não necessita de acontecer com as barragens, pois "estes são investimentos privados que não custam um euro ao Estado".

Em todo o caso, as dúvidas e críticas levantadas recentemente num relatório encomendado pela Comissão Europeia (ver texto em baixo) ao plano português obrigam o INAG a dar uma atenção acrescida às questões relacionadas com os estudos ambientais, o que pode, eventualmente, contribuir para atrasar a emissão das necessárias declarações de impacte ambiental.

A barragem de Foz Tua deverá seguir-se, segundo aquele responsável, a barragem de Fridão, situa-



Plano Nacional de Barragens insere-se na estratégia do Governo de reduzir a dependência energética do exterior

da na zona de Amarante, e que também está adjudicada à EDP, para estar concluída em 2016. No total das novas oito barragens, a eléctrica nacional tem a seu cargo três, tendo a Iberdrola ganho outras quatro concessões e a Endesa uma.

A EDP está, no entanto, envolvida noutros projectos de manutenção ou reforço de potência, o que fará que até 2008 tenha 11 frentes de obra.

A terceira concessão a receber a declaração de impacte ambiental deverá ser a barragem do Alto Tâmega, adjudicada à Iberdrola e com prazo de conclusão previsto para 2018.

O Plano Nacional de Barragens insere-se na estratégia do Governo, inscrita no Orçamento do Estado de 2010, de reduzir a dependência energética do exterior. O objectivo é aumentar a capacidade nacional de produção energética dos cinco mil MW em 2010 para os sete mil MW em 2020.

No total, o plano envolve investimentos que oscilam entre os 2,6 mil milhões e os 3 mil milhões de euros.

O PLANO NACIONAL

► **Foz Tua** Foi concessionada à EDP e estará pronta em 2013. O investimento é de 339 milhões.

► **Gouvães** Estimada em 406,7 milhões, a concessão é da Iberdrola. Deverá entrar em funcionamento em 2018.

► **Padrozelos** Também a cargo da Iberdrola, que investirá 254,4 milhões de euros. Deverá ser inaugurada em 2018.

► **Alto Tâmega** Deve começar a funcionar em 2018 e foi adjudicada à Iberdrola. Vai custar 141,7 milhões de euros.

► **Dalvões** É a quarta barragem entregada à Iberdrola, que vai investir 152,8 milhões.

► **Fridão** A EDP vai investir 242 milhões. Estará operacional em 2016.

► **Alvito** Obra começa em 2016 e custará à EDP 268 milhões.

► **Girabolhos** A única ganha pela Endesa. Vai custar 360 milhões

Autoridades portuguesas chamadas a Bruxelas

DÚVIDAS Ministério do Ambiente esteve há uma semana a dar explicações à Direcção-Geral de Energia da Comissão Europeia

O Instituto da Água respondeu na última quinta-feira, pela segunda vez, às dúvidas levantadas pela Direcção-Geral de Energia da Comissão Europeia sobre o Plano Nacional de Barragens, disse ao DN o seu presidente, Orlando Borges. Ainda na segunda-feira passada, as autoridades portuguesas deslocaram-se a Bruxelas para voltarem a contrapor algumas das críticas apontadas num relatório encomendado pela Comissão a uma empresa de consultoria belga e que foi entregue ao Ministério do Ambiente em Junho. "Está tudo muito bem encaminhado, os responsáveis da Direcção-Geral de Energia entenderam os nossos argumentos e estou convencido de que não haverá entraves ao avanço do plano", disse Orlando Borges ao DN.

Em causa estão dúvidas sobre a

real necessidade de tantas barragens e preocupações sobre os impactos negativos na qualidade da água, que poderiam pôr em risco a directiva-quadro da água.

O presidente do Inag explica que a preocupação da Comissão Europeia com o plano português deriva do facto de este ser um projecto pioneiro na Europa, pois nenhum outro país está a fazer em pouco tempo tantas infra-estruturas deste género "Fizemos, pela primeira vez, uma avaliação ambiental estratégica, em que estudámos 25 localizações com elevado potencial hidroeléctrico e seleccionámos dez, não necessariamente por serem as de maior potencial, mas porque tivemos a preocupação de minimizar os impactos ambientais", sublinhou.

O responsável diz ainda que o relatório revelava algumas incorrecções, por exemplo, ao questionar a rentabilidade do projecto. "Se não tivesse perspectivas de rentabilidade, não surgiriam empresas privadas a querer investir cerca de 3 mil milhões de euros", contrapõe o Governo português.